II CONGRESSO INTERNACIONAL
DIREITO AMBIENTAL E SOCIEDADE
25 ANOS DO PPGDIR
22 e 23 de junho de 2026
UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL - UCS, BRASIL
UCS PPGDIR

Mulheres agricultoras: saberes e práticas enraizados no bem viver

Mujeres agricultoras: saberes y prácticas enraizadas en el buen vivir

Amanda de Bem Crescêncio[1]

Resumo: O presente estudo tem como objeto principal de pesquisa analisar os modos de vida e as práticas das mulheres agricultoras e entender como elas se ligam à filosofia do Bem Viver. Nesse sentido, foi formulado o seguinte problema de pesquisa: de que maneira os modos de vida e as práticas das mulheres agricultoras podem ser compreendidos como manifestações do Bem Viver? Para abordar essa questão, definiu-se como objetivo geral analisar os modos de vida e as práticas das mulheres agricultoras e como eles podem ser compreendidos como manifestações do Bem Viver. Os objetivos específicos são: a) discutir o conceito de Bem Viver e suas implicações para um equilíbrio entre natureza, da coletividade e da autonomia; b) compreender os modos de vida e as práticas das mulheres agricultoras, destacando seus saberes tradicionais e autossuficiência de seus lares; c) avaliar como os modos de vida e as práticas das mulheres agricultoras podem ser compreendidas como manifestações do Bem Viver. A presente pesquisa utiliza o método de abordagem dedutivo e pesquisa do tipo qualitativa, utilizando-se da revisão bibliográfica e documental, a partir dos quais foi possível concluir que o modo de vida das mulheres agricultoras expressa o Bem Viver, uma vez que priorizam o cuidado com a terra, a produção de alimentos saudáveis e a preservação dos saberes tradicionais. Além disso, por meio da partilha, da agroecologia e do fortalecimento dos vínculos comunitários, essas mulheres promovem a solidariedade, a autonomia das comunidades e a construção de práticas de resistência voltadas à justiça socioambiental.

Palavras-chave: Agroecologia; Bem Viver; Direitos Humanos; Mulheres Agricultoras.

Resumen: El presente estudio tiene como objeto principal de investigación analizar los modos de vida y las prácticas de las mujeres agricultoras y comprender cómo se vinculan con la filosofía del Buen Vivir. En este sentido, se formuló la siguiente pregunta de investigación: ¿de qué manera los modos de vida y las prácticas de las mujeres agricultoras pueden ser comprendidos como manifestaciones del Buen Vivir? Para abordar esta cuestión, se definió como objetivo general analizar los modos de vida y las prácticas de las mujeres agricultoras y cómo estos pueden ser

[1] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD), Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Criciúma/SC. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC). E-mail: amandabcres@gmail.com. https://orcid.org/0009-0003-7569-1256

comprendidos como manifestaciones del Buen Vivir. Los objetivos específicos son: a) discutir el concepto de Buen Vivir y sus implicaciones para un equilibrio entre la naturaleza, la colectividad y la autonomía; b) comprender los modos de vida y las prácticas de las mujeres agricultoras, destacando sus saberes tradicionales y la autosuficiencia de sus hogares; c) evaluar cómo los modos de vida y las prácticas de las mujeres agricultoras pueden ser comprendidos como manifestaciones del Buen Vivir. La presente investigación utiliza el método de enfoque deductivo y una investigación de carácter cualitativo, valiéndose de la revisión bibliográfica y documental, a partir de las cuales fue posible concluir que el modo de vida de las mujeres agricultoras expresa el Buen Vivir, ya que prioriza el cuidado de la tierra, la producción de alimentos saludables y la preservación de los saberes tradicionales. Además, mediante el intercambio, la agroecología y el fortalecimiento de los vínculos comunitarios, estas mujeres promueven la solidaridad, la autonomía de las comunidades y la construcción de prácticas de resistencia orientadas a la justicia socioambiental.

Keywords: Agroecología, Buen Vivir; Derechos Humanos; Mujeres Agricultoras.

Introdução

O Bem Viver se consolida como uma proposta alternativa de organização da vida, apoiada nos saberes tradicionais e na valorização da harmonia entre seres humanos e natureza. Ao valorizar a coletividade, o respeito aos ciclos naturais e a sustentabilidade das práticas sociais, essa filosofia se contrapõe à lógica capitalista de exploração predatória e crescimento ilimitado. Nesse contexto, os modos de vida das mulheres agricultoras ganham destaque, pois historicamente, elas têm sido responsáveis pelo cultivo, pela preservação das sementes e pela transmissão de conhecimentos que garantem a continuidade da vida e a saúde dos ecossistemas. Suas práticas dialogam diretamente com os princípios do Bem Viver ao ressignificar a agricultura, promovendo a autonomia, a subsistência saudável e o fortalecimento das relações comunitárias.

Este trabalho tem como objetivo analisar como os modos de vida e as práticas das mulheres agricultoras podem ser compreendidos como manifestações do Bem Viver, buscando responde ao seguinte questionamento: de que maneira os

modos de vida e as práticas das mulheres agricultoras podem ser compreendidos como manifestações do Bem Viver? Para isso a pesquisa busca entender os saberes das mulheres agricultoras relacionados a agroecologia, juntamente ao passo que se compreende a ligação desses saberes com o conceito do Bem Viver.

A pesquisa adota o método de abordagem dedutivo e caracteriza-se como qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e documental. A revisão bibliográfica será realizada a partir de obras, artigos científicos, dissertações e teses que abordem o conceito de Bem Viver, a agroecologia, os saberes tradicionais e o protagonismo das mulheres agricultoras. Complementarmente, a pesquisa documental utilizará documentos produzidos por movimentos sociais, organizações e instituições relacionadas à agricultura familiar e à agroecologia. A análise do material coletado será conduzida de forma interpretativa, buscando identificar aproximações entre os modos de vida e as práticas das mulheres agricultoras e os princípios que fundamentam a filosofia do Bem Viver.

O primeiro capítulo deverá discutir o conceito de Bem Viver, buscando entender a sua ligação com o equilíbrio da natureza e da sustentabilidade. Em seguida, o trabalho irá compreender os modos de vida e as práticas das mulheres agricultoras, destacando seus saberes tradicionais e a autossuficiência de seus lares. Por fim, será avaliado como os modos de vida e as práticas das mulheres agricultoras podem ser compreendidas como manifestações do Bem Viver.

A presente pesquisa se justifica pela necessidade de reconhecer e valorizar os modos de vida das mulheres agricultoras, cuja atuação tem sido historicamente invisibilizada tanto nas práticas sociais quanto nos espaços acadêmicos. São as mulheres que desempenham papel fundamental na preservação de sementes

crioulas, na manutenção da diversidade agrícola e na transmissão de saberes tradicionais que garantem não apenas a subsistência de suas famílias, mas também a sustentabilidade dos ecossistemas. Ao relacionar esses modos de vida com a filosofia do Bem Viver, torna-se possível compreender como suas práticas cotidianas se alinham a uma visão de mundo que propõe equilíbrio entre seres humanos, natureza e coletividade, oferecendo alternativas concretas ao modelo capitalista de exploração e consumo.

1. O Bem Viver e suas implicações para o equilíbrio da natureza e da coletividade

O equilíbrio entre natureza e coletividade é um dos grandes desafios do nosso tempo. A forma como os seres humanos têm se relacionado entre si e com a natureza revela tensões que afetam não apenas o ambiente, mas também a organização social. Pensar alternativas que unam a preservação ambiental e fortalecimento dos laços comunitários torna-se um passo fundamental para a construção de modos de vida mais justos e sustentáveis.

O cuidado com a natureza é uma necessidade urgente diante da intensa degradação já acumulada ao longo da história. Esse cuidado pode, em um primeiro momento, se manifestar por meio de mecanismos de proteção institucional, que buscam garantir sua preservação. No entanto, para Wolkmer e Wolkmer (2014, p. 998), ao se reconhecer a natureza como portadora de direitos próprios, torna-se indispensável aprofundar a reflexão sobre o que entendemos por “natureza”, considerando as origens desse conceito e as diferentes interpretações que lhe foram

atribuídas ao longo do tempo.

Segundo Shiva (2003, p. 30-31), a natureza sempre foi valorizada como um ser místico e como provedora de sustentabilidade. No entanto, a colonização colocou em segundo plano os saberes tradicionais sobre a natureza, sua relação com a agricultura e a produção de alimentos, privilegiando exclusivamente a extração de madeira e o crescimento da produção com fins capitalistas. Essa ideia de "novo progresso" traz consigo um desenvolvimento devastador, que apenas se preocupa com a maneira mais fácil de ganhar capital, por isso, é necessário superar esse pensamento para que se constitua novamente a ligação da sociedade com a natureza (Acosta, 2016, p. 40).

É justamente em oposição a esse processo de "desenvolvimento a todo custo" que os saberes indígenas continuam vivos e fortalecidos, pois mostram-se resistentes para enfrentar e questionar as imposições do modelo de desenvolvimento moderno (Acosta, 2016, p. 65). Isso porque dentro da cosmovisão indígena, a natureza não é vista como mera coisa ou recurso a ser explorado, mas como um verdadeiro espaço de vida (Quintero, 2009, p. 83).

Por isso, em contramão ao modelo de sociedade capitalista, o Bem Viver age como um novo modelo de sociedade. Em países como Equador e Bolívia, essa filosofia interliga não somente a natureza e a sociedade, mas é conectada com a democracia do Estado (Preve, 2019, p. 84).

Esse modelo se consolida como uma proposta de vida alternativa, apoiada nos saberes tradicionais e na valorização da harmonia entre seres humanos e natureza. Ele valoriza a coletividade, o respeito aos ciclos naturais e a sustentabilidade das práticas sociais, oferecendo um modelo que se contrapõe à

lógica do crescimento econômico ilimitado e da exploração predatória dos recursos naturais. Para Quintero (2009, p. 83), esse conceito mostra-se fundamental quando se projeta uma sociedade distinta daquela regida pela lógica da produção em massa e do lucro, ele valoriza e resgata os saberes tecnológicos populares, incorporando-os de maneira solidária e comunitária.

O *Bem Viver* pode ser identificado por diferentes expressões, variando conforme a cultura e a cosmovisão de cada povo. No esforço de conceituá-lo, Liliane Alcantara e Carlos Sampaio (2017) explicam que:

> Os termos Sumak Kawsai em Quechua, Suma Qamaã em Aymara ou Buen Vivir/Vivir Bien, na tradução mais difundida, representam uma cosmovisão construída por meio de muitos anos pelos povos altiplanos dos Andes, que se tornaram invisíveis frente ao colonialismo, patriarcalismo e capitalismo. Existem outros significados para o termo: em guaraní, "Teko Kavi" significa vida boa e viver bem (respeitar a vida). "Buen Vivir", para los Embera de Colômbia, é estar em harmonia entre todos (Alcantara; Sampaio, 2017, p. 234)

Para os povos andinos, essa filosofia é chamada de *Sumak Kawsay*, e trata-se de uma visão de mundo fundamentada na cosmovisão dos povos indígenas, que reconhece a profunda interdependência entre ser humano e natureza. Nesse entendimento, comunidades tradicionais e o meio ambiente não se separam, mas convivem em equilíbrio como partes integrantes de uma mesma realidade, dando vida a *madre tierra*, fonte de vida e de reciprocidade (Quirola Suárez, 2009, p. 104-105).

Acosta (2016, p. 71) entende que não se pode afirmar que o Bem Viver possui um conceito determinado, mas sim que ele está em constante mudança e aperfeiçoamento. Para isso, é necessário entender os saberes e a forma de viver das comunidades tradicionais, com um paradigma descolonizador que respeite suas

cosmovisões e valores próprios.

A partir dessa perspectiva, torna-se evidente que o Bem Viver não se limita a uma valorização simbólica da natureza, mas propõe práticas concretas de convivência harmoniosa entre os seres humanos e o meio ambiente. O equilíbrio entre natureza e coletividade surge, assim, como princípio central, orientando os modos de vida que respeitam os ciclos naturais, promovem a cooperação social e fortalecem os vínculos comunitários. Compreender esse equilíbrio é fundamental para analisar como as práticas cotidianas e os saberes tradicionais podem contribuir para a sustentabilidade ecológica e social, oferecendo alternativas reais às práticas individualistas do modelo de desenvolvimento capitalista. A pesquisadora Quirola Suárez (2009) discorre sobre o assunto:

> El cambio de régimen de desarrollo se orienta a una propuesta social y solidaria que piensa el país sin previlegios, con igualdad y acción para los grupos de atención prioritaria. Esta premisa busca recuperar el sentido de comunidad, donde las familias y las reses sociales urbanas y rurales juegan un rol fundamental para volver a mirar al otro como uno solo, entendiendo sus vínculos y sin que el mercado sea el fin de las relaciones sociales (Quirola Suárez, 2009, p. 106).

Nesse contexto, embora o Bem Viver represente uma proposta de desenvolvimento originada das cosmovisões indígenas e tradicionais, ela não se restringe somente a esses povos. Trata-se de uma luta coletiva que envolve diversos grupos sociais na construção de um modelo de vida pautado na solidariedade, na equidade e na harmonia com a natureza. O Bem Viver coloca em evidência a necessidade de garantir a centralidade dos grupos mais vulneráveis, como as comunidades camponesas, mulheres, crianças, idosos e demais setores que historicamente precisam de atenção prioritária, reconhecendo-os como sujeitos ativos e indispensáveis para a consolidação de um paradigma alternativo de justiça

socioambiental.

Sobre essa luta coletiva, Quirola Suárez (2009) ainda completa:

> (...) es el resultado de los sueños y las luchas sociales de movimentos populares, laborales, indígenas, ecologistas, feministas, intelectuales, jovenes, y mucho otros; que durante largo tempo esperaron una respuesta desde lo político para cambiar su realidad y que ahora entran a la arena de lo político para transformarla desde los espacios de toma de decisión, la participación, la propuesta y la garantia de los derechos de manera integral para las personas, los colectivos y la naturaleza (Quirola Suárez, 2009, p. 104).

A partir disso, o Bem Viver propõe que a sociedade se organize com foco no bem-estar de todos, respeitando a diversidade cultural, considerando a natureza e os humanos como um todo interconectado, e reconhecendo dimensões espirituais ou transcendentes no modo de viver, um verdadeiro equilíbrio social, cultural e ambiental.

Para Acosta (2016, p. 84), o Bem Viver não se importa com o acúmulo material para viver bem, mas sim, em estar bem no presente, não de um modo individualista, mas sim coletivo. O Bem Viver quer que as futuras gerações também possam estar em harmonia com a natureza e com a comunidade e para que isso aconteça, é necessário que haja a mudança para uma sociedade mais justa e igual para todos.

Diante do exposto, o Bem Viver se apresenta como uma filosofia capaz de oferecer alternativas concretas ao modelo capitalista de desenvolvimento, ao resgatar os saberes tradicionais, valorizar a coletividade e reafirmar a centralidade da natureza como espaço de vida. Sua força está em demonstrar que a construção de sociedades mais justas e sustentáveis depende da superação das práticas individualistas e predatórias, substituindo-as por relações baseadas na

reciprocidade, na solidariedade e na harmonia socioambiental. Nesse sentido, o Bem Viver não se restringe às cosmovisões indígenas que o originaram, mas se amplia como uma proposta coletiva e plural, capaz de inspirar diferentes povos e movimentos sociais na luta por justiça socioambiental, equidade e dignidade para as presentes e futuras gerações.

2. Mulheres agricultoras: modos de vida, saberes e agroecologia

Desde muito tempo, a agricultura acompanha a trajetória da humanidade, atravessando processos de modernização que transformaram o espaço rural e provocou intensas mudanças ambientais. Diante dessa evolução, as mulheres agricultoras assumem hoje um protagonismo, afirmando-se como resistência diante de seus saberes e práticas sustentáveis de produção.

Ao longo de toda essa história, foram as mulheres que sempre desempenharam um papel central na manutenção da vida no campo, sendo responsáveis pelo cultivo e pela coleta de sementes, plantas e flores. Essa atuação constante não se limita apenas à produção de alimentos, mas também à preservação dos saberes e das práticas que garantem a continuidade da vida e a saúde dos ecossistemas. É justamente nesse contexto que surgem as expressões “mãe terra e mãe natureza”, símbolos da profunda conexão entre o ser humano e o ambiente natural, reconhecendo o cuidado feminino como essencial para a sustentação da vida e para a construção de uma relação equilibrada com a natureza desde tempos ancestrais (Garcia, 2009, p. 12).

Silva *et al.* (2021) dizem que, no momento em que se reconhece a produção

de conhecimento das mulheres agricultoras, rompe-se a barreira colonial que historicamente as invisibilizou em diferentes dimensões da vida social. Vandana Shiva (2001, p. 68), escritora ecologista concorda a respeito do patriarcado rural e descreve que as mulheres sempre foram a força da regeneração, mostrando a presença da sua fertilidade e reprodução, entretanto, sempre ficaram à mercê da ideologia de uma terra não produtiva, revelando uma certa superioridade do homem sobre a mulher, dessa forma, o cultivo voltado para a subsistência, típico das mulheres agricultoras são considerados não produtivos, sendo um fracasso para a economia.

Torna-se, portanto, essencial reconhecer os saberes tradicionais femininos, efetivados nas práticas cotidianas das mulheres em seus quintais e hortas. É nesse espaço que tais conhecimentos se concretizam, seja no cultivo de vegetais, na criação de animais ou no cuidado com diferentes espécies de flores, evidenciando a centralidade feminina na preservação e transmissão dos saberes ligados à terra (Silva *et al.,* 2021).

A autora Emily Oakley (2004) agrega sobre os saberes das mulheres:

> As mulheres têm um conhecimento muito sofisticado do seu próprio sistema agrícola e possuem critérios precisos para determinar as variedades a serem cultivadas. Quando solicitadas a enumerar as características desejáveis para o cultivo dos quintais domésticos, suas respostas revelaram não apenas um complexo processo de tomada de decisão, como também os múltiplos usos e manejos das variedades empregadas. Uma vez que o destino da produção é, antes de tudo, o consumo da família e não o mercado, as mulheres dão destaque ao sabor, à adaptação agroecológica, aos usos culinários e ao valor nutritivo dos alimentos cultivados. Todavia, elas também levam em consideração a produtividade e consideram que as variedades locais se desenvolvem bem nas condições dos quintais (Emily Oakley, 2004, p. 38).

Esse conhecimento tradicional empírico é extremamente importante quando se relaciona com a agrobiodiversidade e agroecologia. O cuidado feminino ultrapassa o simples cultivo, pois envolve a preservação de sementes, a transmissão de saberes ancestrais e a criação de alternativas sustentáveis de produção. Nesse sentido, compreender o vínculo entre mulheres e agroecologia é indispensável para reconhecer como esses elementos se entrelaçam na construção de práticas que fortalecem a vida no campo e desafiam a lógica dominante da agricultura convencional.

De acordo com Leff (2002, p. 37) o sistema agroecológico constitui-se como a integração de saberes e práticas que variam conforme cada população e sociedade. Não pode ser reduzida a um conjunto fixo de conhecimentos, uma vez que cada comunidade possui suas próprias referências políticas, culturais e metodológicas, expressadas em diferentes níveis de organização e atuação. Ela tem como objetivo o uso racional dos recursos, incorporando ao espaço rural práticas voltadas para uma agricultura mais sustentável e configurando-se, assim, como uma importante ferramenta de subsistência para as comunidades rurais.

Para Leff (2002, p. 36) “a agroecologia foi definida como um novo paradigma produtivo, como uma constelação de ciências, técnicas e práticas para uma produção ecologicamente sustentável no campo”, e embora esses saberes não se fundamentem na ciência evolutiva da modificação genética, isso não significa que a agricultura camponesa desconsidere a tecnologia moderna como forma válida de produção de alimentos. Ao contrário, ela reconhece os saberes tradicionais do campo também como tecnologia, abrindo espaço para a construção de um modelo produtivo mais sustentável (De Mari; Tavares; Fonseca, 2017, p. 42).

Em cada região, os conhecimentos tradicionais se manifestam de forma singular, dialogando com técnicas modernas e se renovando a partir da experiência prática das comunidades. Esses saberes não permanecem fixos, mas se transformam continuamente, integrando inovação e tradição em um processo dinâmico. Nesse contexto, as mulheres agricultoras desempenham papel central, pois são elas que, ao articular práticas herdadas e novos aprendizados, consolidam a agroecologia como um modelo produtivo sustentável e enraizado na diversidade cultural do campo.

Por isso, Wallau, Wedig e Oliveira (2024, p. 117) descrevem que algumas dessas mulheres incorporam práticas transmitidas ao longo de gerações, aprendendo com mães e avós a respeitar os ciclos naturais. Outras adquirem seus conhecimentos por meio de grupos de apoio social e comunitário. Dessa forma, a transmissão desses saberes não ocorre de maneira isolada, mas sim por meio de diversas redes femininas que desempenham um papel fundamental no fortalecimento da agroecologia. A respeito dessa temática, os autores ainda escrevem:

> Portanto, a valorização dos saberes e das práticas locais, aliada à promoção da agroecologia, é fundamental para questionar colonialidade do poder e do saber, perpetuada pela agricultura moderna colonial e promover um desenvolvimento mais justo e sustentável para as agriculturas e para as comunidades agricultoras (Wallau; Wedig; Oliveira, 2024, p. 121).

Da Silva *et al.* (2021) entende que os saberes tradicionais das mulheres, acumulados ao longo de gerações, desempenham um papel fundamental na diversificação dos cultivos e no manejo da terra, fortalecendo a capacidade do sistema ambiental de enfrentar crises climáticas, sociais e ecológicas. O cuidado

com os quintais produtivos manifesta-se na seleção e preservação de sementes crioulas, o que garante não apenas a subsistência de suas famílias, mas também o acesso de comunidades vizinhas a alimentos saudáveis e de qualidade. É necessário destacar, que mesmo sendo realizadas em espaços domésticos e voltadas principalmente para a subsistência familiar, esse conjunto de atividades que envolvem selecionar sementes, plantar e zelar pela terra, constituem formas legítimas de trabalho, que precisam ser reconhecidas e valorizadas.

Wallau, Wedig e Oliveira (2024, p. 125) destacam que a mulher que trabalha no meio rural, "expressa o entendimento de que a agricultura não é uma atividade isolada, mas sim parte integrante de um ecossistema maior". Ao relacionar as experiências e práticas femininas, percebe-se que a agroecologia vai além de um sistema de cultivo voltado à sustentabilidade e à produção de alimentos saudáveis, configurando-se também como uma importante fonte de benefícios terapêuticos e de bem-estar para quem a pratica.

Em sua pesquisa, os autores relatam que, em diversas situações, a prática da horta e do cultivo agroecológico contribuiu para a superação de diagnósticos de depressão, alívio de crises emocionais e apoio no enfrentamento de situações de violência vivenciadas pelas agricultoras (Wallau, Wedig e Oliveira, 2024, p. 127).

Siliprandi (2009, p. 140) entende que quando os saberes das mulheres são valorizados, especialmente no contexto do cultivo agroecológico que tem se mostrado fonte de cura, fortalecimento emocional e enfrentamento de violências, elas passam a se reconhecer como defensoras dos direitos femininos, aprofundando reflexões sobre a agroecologia e reafirmando a luta das mulheres na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

> Elas esperam contribuir para transformações concretas da sociedade em que vivem, basicamente de três formas, não necessariamente excludentes entre si: como lideranças políticas, em organizações da agricultura familiar ou de mulheres, e mesmo eventualmente em partidos políticos; como educadoras/multiplicadoras/facilitadoras de processos de capacitação coletiva (escolas, centros de treinamento, associações, grupos informais); ou ainda sendo uma referência em sua comunidade, em função do trabalho realizado em suas propriedades, aprofundando as práticas como agricultoras/experimentadoras, buscando servir de exemplo para a possibilidade de mudança nos processos produtivos ou organizativos (Siliprandi, 2009, p. 261).

Não só isso, quando as agricultoras estão em um regime de economia familiar, geralmente são as mulheres que tomam a iniciativa de cultivar a agroecologia, pois são elas que estão preocupadas com a alimentação da sua família, e ainda se compadecem com a alimentação da família de outras pessoas que venham consumir sua produção (Wallau; Wedig; Oliveira 2024, p. 126).

Diante disso, entende-se que a valorização dos saberes tradicionais femininos não se limita ao campo da produção de alimentos, mas alcança dimensões mais amplas de transformação social, ambiental e cultural. Ao cuidar da terra, selecionar sementes e cultivar quintais produtivos, as mulheres agricultoras reafirmam um modelo de vida que resiste a lógica do modelo capitalista de produção e promove a diversidade como caminho para a sustentabilidade. Sua atuação transcende o espaço doméstico e se projeta como prática política que questiona as estruturas de poder e reivindica um futuro mais equilibrado entre sociedade e natureza.

Assim, reconhecer e fortalecer esses saberes significa também ampliar o alcance da agroecologia como ferramenta de justiça socioambiental, capaz de ligar inovação, tradição e resistência. As mulheres agricultoras, ao unirem cuidado, luta

e conhecimento, demonstram que a defesa da vida no campo é extremamente ligada à defesa dos direitos das mulheres e da construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e solidária. Trata-se de uma prática que, ao mesmo tempo em que garante a subsistência das famílias, projeta alternativas para a superação das crises ambientais e sociais.

3. Modos de vida das mulheres agricultoras como expressão do Bem Viver

Em uma sociedade fortemente marcada pela lógica capitalista, que privilegia o lucro em detrimento da vida, torna-se essencial resgatar a importância dos sistemas tradicionais, os quais colocam a natureza, a sustentabilidade e a biodiversidade no centro das relações, possibilitando uma convivência mais harmônica entre o ser humano e o meio ambiente.

É nesse contexto que o Bem Viver se apresenta como alternativa, ao propor uma forma de organização social que rompe com a centralidade do lucro e recoloca a vida, a coletividade e a reciprocidade com a natureza como fundamentos para a construção de sociedades mais justas e sustentáveis.

Para Acosta (2016, p. 27) embora o ser humano seja o centro das atenções, não basta pensar nele individualmente, mas sim como parte de algo maior, uma sociedade e um ecossistema, para que ele possa ter uma vida saudável em harmonia com a natureza, entretanto, Silva (2023, p. 152) diz que “faz-se necessário enfatizar que é muito difícil ou praticamente impossível que uma sociedade que esteja cercada por práticas capitalistas consiga atingir com fidelidade todos os princípios propostos por esta filosofia de vida”.

Nesse cenário, os saberes das mulheres agricultoras ganham relevância, pois representam formas de resistência e de preservação da vida em meio à lógica capitalista. Por meio do manejo agroecológico e da transmissão de conhecimentos ancestrais, essas mulheres constroem práticas que reforçam a autonomia das comunidades rurais, promovem a segurança alimentar e reafirmam a relação de cuidado e reciprocidade com a natureza.

Silva (2023) reconhece a relevância dos saberes das mulheres agricultoras e afirma:

> As mulheres camponesas utilizam seus saberes e conhecimentos para a manutenção de suas lavouras, são técnicas ainda rudimentares, mas que demonstram como as mulheres camponesas não são um sujeito estático, que espera acontecer. Pelo contrário, elas utilizam as poucas ferramentas que têm para trazer melhorias aos seus cultivares e para seus familiares (Silva, 2023, p. 150).

Ainda de acordo com Silva (2023, p. 141) os saberes e práticas das mulheres agricultoras dialogam diretamente com os princípios do Bem Viver, sobretudo porque ressignificam a agricultura, deslocando-se da lógica capitalista de produção para adotar formas de subsistência pautadas na saúde, na coletividade e na sustentabilidade. Na relação entre agroecologia e Bem Viver, sobressai o princípio da autonomia, no qual as mulheres buscam o reconhecimento de suas experiências e a valorização efetiva de seu trabalho.

A pesquisadora Emma Siliprandi (2009) apresentou em seu trabalho entrevistas com agricultoras familiares buscando entender também aspectos que ligam essas mulheres com a agroecologia. Em uma das entrevistas, a agricultora declara:

> A gente precisa lutar muito para ter autonomia econômica. [...] Essas miudezas que elas trabalham, é tudo no pior cantinho, no lugar que

> sobra para elas, nos barrancos, nos carrascos. Porque a terra boa os homens usam para a soja, ou outra coisa para vender, e não tem discussão. E aquilo que se planta para comer, que dá o sustento da família, ninguém dá bola, isso não se valoriza no dia-a-dia da família, e nem no banco, nem na assistência técnica. Só importa o que é do homem. [...] O único dinheiro que passa pelas mãos delas é o do leite, e o resto todo tem que pedir. O dinheiro grande, que seria de todos, é como se fosse só deles; na verdade, elas só decidem sobre aquele pouquinho (Izanete) (Siliprandi, 2009, p. 2009).

O relato evidencia a desigualdade no acesso à terra e na distribuição dos recursos econômicos, demonstrando como o trabalho das mulheres rurais segue desvalorizado e restrito a espaços marginais. Essa realidade se contrapõe ao princípio do Bem Viver, que propõe relações baseadas na igualdade, na solidariedade e no reconhecimento de todas as formas de produção, inclusive aquelas ligadas ao cuidado da vida e à subsistência. Enquanto o modelo dominante concentra o poder econômico e de decisão nas mãos dos homens, o Bem Viver reivindica um modo de organização em que a terra, o alimento e a renda sejam compreendidos como bens coletivos, e não como privilégios. Nesse sentido, a busca das mulheres por autonomia econômica se aproxima da lógica do Bem Viver, ao defender práticas que asseguram dignidade, valorização do trabalho e justiça nas relações comunitárias

Na mesma linha de pensamento, a autora Delmira Silva (2023) registrou em seu diário de campo as seguintes entrevistas com mulheres agricultoras:

> [...] e não pensar no planeta como um todo, porque ele precisa estar bem para que você viva bem dentro dele, é como se você estivesse destruindo sua própria casa, sua própria morada. Você não tá percebendo o que é que você tá fazendo com a sua própria vida, porque sua vida depende de todo o sistema, é... digamos, é uma cadeia alimentar que na qual onde faltou um pra “comer” o outro não funciona bem... né (faz uma breve pausa balançando a cabeça) [...] (sic) (Silva, 2023, p. 153-154).

> [...] eu já nasci praticamente no berço agrícola, porque meus avós eram agricultores, meus pais e eu morei com meus avós desde... desde que eu nasci né, que minha mãe morava com meu avô e a gente já nasceu com essa profissão (olha para a entrevistadora e sorri), mesmo sem escolher, mas a gente já exerce desde que nasceu [...] Porque assim, desde a geração dos meus avós que se plantava verduras no fundo da casa sem colocar adubo químico, sem colocar veneno para se ter uma alimentação saudável tanto pra a gente como pra os vizinhos que a gente vivia assim o que a gente plantava, a gente também doava né [...] (sic) (Silva, 2023, p. 154).

As falas evidenciam dimensões complementares que ligam com a proposta do Bem Viver. Na primeira entrevista, observa-se a consciência de que a vida humana está ligada ao equilíbrio ecológico, de modo que degradar o planeta equivale a comprometer a própria existência. Essa percepção acaba com a visão utilitarista da natureza e aproxima-se de uma visão que entende o ambiente como casa comum e como parte essencial da própria vida.

Já a segunda entrevista traz a memória viva das práticas agrícolas tradicionais, transmitidas de geração em geração, marcadas pela produção sem agrotóxicos, pelo cultivo em quintais e, sobretudo, pelo gesto de compartilhar o alimento com vizinhos e familiares. Essas experiências revelam um modo de vida que valoriza a solidariedade, a reciprocidade e a saúde coletiva, em contraste com a lógica capitalista que prioriza a mercantilização e o lucro em detrimento da vida. Ao relacionar esses relatos com o Bem Viver, torna-se possível reconhecer que ambos expressam a busca por um modelo alternativo de sociedade, em que o cuidado com a natureza e a preservação da cultura camponesa se articulam com o fortalecimento das relações comunitárias, reafirmando a indissociabilidade entre justiça ambiental, saúde e bem-estar coletivo

Outros autores ainda destacam que as mulheres agricultoras enfrentam uma série de desafios que muitas vezes ultrapassam a esfera produtiva. Wallau, Wedig e Oliveira (2024, p. 112) destacam que pesquisar mulheres e agroecologia implica reconhecer a persistência do sistema patriarcal enraizado nas esferas agrícolas. Assim, questões como a violência doméstica e a sobrecarga de trabalho evidenciam os desafios enfrentados pelas agricultoras ao decidirem atuar e se afirmar nos espaços de produção no campo. Embora o modelo agroecológico esteja alinhado a uma perspectiva de sustentabilidade e autonomia, as mulheres ainda enfrentam barreiras significativas, sobretudo no contexto da agricultura familiar. A visão de que ocupam apenas o papel de "ajudantes" reforça desigualdades, mas também impulsiona muitas delas a utilizarem a agroecologia como instrumento de afirmação e valorização de seus saberes.

A violência doméstica, a sobrecarga de trabalho e a desvalorização do papel feminino como "ajudante" revelam que o desafio não está apenas na transformação das práticas agrícolas, mas também na necessidade de romper com padrões culturais que negam igualdade e reconhecimento. Nesse sentido, o Bem Viver propõe uma reorganização das relações sociais, em que o cuidado, a reciprocidade e a justiça de gênero se tornam centrais para a construção de comunidades mais justas e equilibradas. Assim, quando as mulheres agricultoras utilizam a agroecologia como instrumento de afirmação de seus saberes e de resistência, aproximam-se do horizonte do Bem Viver, que busca superar a lógica de dominação, seja sobre a natureza ou sobre os corpos femininos, para afirmar um modo de vida baseado na dignidade, na equidade e na valorização da diversidade.

Martins e Hirata (2020, p. 101) escrevem que é praticando a agroecologia

que automaticamente a sustentabilidade é promovida, fazendo um ciclo sustentável para as futuras gerações, consequentemente, essas relações promovem o Bem Viver.

Assim, torna-se evidente que os modos de vida das mulheres agricultoras materializam, em suas práticas cotidianas, os princípios do Bem Viver. Mesmo diante das desigualdades impostas pelo patriarcado e pela lógica capitalista, elas recriam formas de resistência e de cuidado que reafirmam a centralidade da vida sobre o lucro, da coletividade sobre o individualismo e da reciprocidade sobre a exploração. Suas experiências com a agroecologia, o manejo sustentável da terra, a partilha de alimentos e a transmissão de saberes ancestrais revelam que essas mulheres não apenas preservam tradições, mas projetam horizontes de transformação social e ambiental. Desse modo, os modos de vida das agricultoras se configuram como expressões vivas do Bem Viver, apontando para a possibilidade concreta de sociedades mais justas, equilibradas e sustentáveis.

Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho demonstrou que o Bem Viver, enquanto filosofia de vida enraizada nos saberes tradicionais e na cosmovisão indígena, se constitui como alternativa concreta à lógica capitalista. Ao valorizar a coletividade, o equilíbrio com a natureza e a justiça social, essa proposta possibilita compreender que há outros caminhos para organizar a sociedade e a produção, priorizando a vida em sua integralidade. Nesse horizonte, os saberes e práticas das mulheres agricultoras se revelam como expressões vivas do Bem Viver,

pois rompem com a lógica individualista, resgatando modos de vida baseados na solidariedade, na reciprocidade e no cuidado.

As experiências relatadas por agricultoras evidenciam a força da agroecologia como prática de resistência e afirmação. O cultivo de alimentos sem veneno, a preservação de sementes crioulas e a partilha da produção com a comunidade demonstram que o trabalho feminino no campo não se limita à subsistência familiar, mas amplia-se para a construção de vínculos comunitários e para a proteção dos ecossistemas. A partir dessas práticas, torna-se evidente que as mulheres agricultoras não apenas preservam tradições, mas projetam horizontes de sustentabilidade e autonomia, em consonância com os princípios do Bem Viver.

No entanto, a pesquisa também revelou os desafios persistentes que essas mulheres enfrentam, como a desigualdade no acesso à terra, a desvalorização de seu trabalho, a sobrecarga de responsabilidades e a violência estrutural vinculada ao sistema patriarcal. Essas barreiras demonstram que, embora suas práticas estejam em sintonia com o Bem Viver, ainda é necessário superar estruturas sociais, econômicas e culturais que negam o reconhecimento pleno do papel das agricultoras. Assim, compreender os modos de vida das mulheres no campo não pode ser desvinculado da luta por justiça de gênero e equidade social, dimensões que também fazem parte do Bem Viver.

Logo, os modos de vida e as práticas das mulheres agricultoras podem ser compreendidos como manifestações enraizadas no Bem Viver porque revelam uma forma de existir que rompe com a lógica capitalista e patriarcal, priorizando o cuidado com a terra, a preservação das sementes e a produção de alimentos saudáveis em sintonia com os ciclos da natureza. Suas práticas não se limitam ao

sustento da família, mas estendem-se à coletividade, fortalecendo redes de solidariedade e promovendo a autonomia dos lares e comunidades. Ao resgatarem saberes tradicionais, partilharem experiências e manterem uma relação de equilíbrio com o meio ambiente, essas mulheres materializam no cotidiano os princípios do Bem Viver, transformando sua vivência em resistência e em proposta concreta de justiça social e ambiental.

Dessa forma, diante do problema de pesquisa formulado, verificou-se que essas práticas constituem expressões concretas dessa filosofia, uma vez que materializam, no cotidiano, valores como a coletividade, a reciprocidade, a autonomia e o equilíbrio com a natureza. O cultivo agroecológico, a preservação das sementes crioulas, a valorização dos saberes tradicionais e a partilha da produção evidenciam formas de existência que se contrapõem à lógica capitalista e patriarcal, priorizado o cuidado com a vida em todas as suas dimensões. Nessa perspectiva, os modos de vida das mulheres agricultoras revelam-se como manifestações do Bem Viver, pois traduzem em práticas concretas princípios voltados à sustentabilidade ambiental, à justiça social e ao fortalecimento de comunidades mais solidárias e autônomas.

Referências

ACOSTA, Alberto. **O bem viver:** uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

ALCÂNTARA. L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? Desenvolv. Meio Ambiente, v. 40, p. 231-251, abril 2017.

BARBOSA, Juliana de Matos; PREVE, Daniel Ribeiro. O direito dos povos indígenas à terra e justiça socioambiental. **Passagens rev. int. hist. pol. e cult. jur**., Niterói, v. 16, n. 1, p. 111-129, jan.-abr. 2024.

DA SILVA, Luana Cristine Ferreira et al. As Mulheres e seus saberes: Proporcionando Biodiversidade nos Agroecossistemas. **Cadernos de Agroecologia**, v. 16, n. 1, 2021

DE MARI, Cezar Luiz; TAVARES, Philippe Drumond Villas Boas; FONSECA, Valter Machado da. Alimentos, saberes e educação para o "bem viver": os camponeses um passo adiante. **Revista Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 34, n. 3, p. 37-54, set./dez. 2017.

GARCIA, L. A Relação Mulher e Natureza: laços e nós enredados na teia da vida. **Gaia Scientia**, v. 3, n.1, p. 11-16, 2009.

LEFF, Enrique. O Renascimento do Ser no Concerto do Saber. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, jan./mar. 2002.

MARTINS, Mariana; HIRATA, Aloisia. Agricultura para o Buen Vivir: o estudo de caso da experiência agroecológica e econômica solidária da Central das Associações dos Agricultores Orgânicos do Sul de Minas (OSM). OtraEconomía, v. 13, n. 23, jan./jun. 2020.

OAKLEY, Emily. **Quintais domésticos: uma responsabilidade cultura**l. Revista Agriculturas. v. 1, n. 1, p. 37-39, 2004.

PREVE, D. R.. **Pluralismo jurídico e interculturalidade: os sistemas jurídicos indígenas latino-americanos e as formas alternativas na resolução de conflitos.** 1. ed. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2019. v. 1. 321p .

PREVE, D. R.; MENEZES, M. B. ; BARBOSA, J. M. Os Povos Originários no Brasil e a sua Relação com o Meio Ambiente: a reformulação do pensamento jurídico para efetivação dos direitos dos povos indígenas. **Arkeos Perspectivas em Diálogo**, v. 58, p. 416-437, 2024.

QUINTERO, Rafael. " Las innovaciones conceptuales de la Constitción de 2008 y el Sumak Kaway". In*:* ACOSTA, Alberto; MARTÍNEZ, Esperanza (Comps.). **El Buen Vivir**: una via para el desarrollo. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2009.

QUIROLA SUÁREZ, Diana. "Sumak Kaway. Hacia un Nuevo Pacto Social en Armonía con la Naturaleza". In*:* ACOSTA, Alberto; MARTÍNEZ, Esperanza (Comps.). **El Buen Vivir**: una via para el desarrollo. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2009.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003.

SHIVA, Vandana. *Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento*. Tradução de Laura Cardellini Barbosa de Oliveira. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, Carmen. Mulheres e justiça socioambiental: uma reflexão a partir do trabalho. In: ARANTES, Rivane; GUEDES, Vera (Orgs.). ***Mulheres, trabalho e justiça socioambiental***. Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2010. P 61 – 76.

SILVA, Delmira Santos da Conceição. Mulheres camponesas e suas práticas agroecológicas: embates socioeconômicos e socioambientais na Colônia Treze, Lagarto, SE / Delmira Santos da Conceição Silva; orientadora Maria José Nascimento Soares. – São Cristóvão, SE, 2023. Tese (doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, 2023.

SILIPRANDI, Emma Cademartori. Mulheres e agroecologia: a construção de

novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.

WALLAU, Angélica Servegnini; WEDIG, Josiane Carine; OLIVEIRA, Melissa Barbieri de. Saberes e práticas de mulheres agricultoras camponesas em agroecologia no sudoeste do Paraná. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 44, n. 1, jan./jun. 2024.

WOLKMER, Antonio Carlos; S. WOLKMER, Maria de Fatima. REPENSANDO A NATUREZA E O MEIO AMBIENTE NA TEORIA CONSTITUCIONAL DA AMÉRICA LATINA. **Novos Estudos Jurídicos**, Itajaí (SC), v. 19, n. 3, p. 994–1013, 2014.